

A CONTRIBUIÇÃO DO PROINF NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DE REGISTRO NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO VALE DO RIBEIRA - SP

Sérgio Pereira de Souza¹
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol²

Resumo: O artigo enfoca a importância da contribuição dos projetos implantados pelo Programa de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (PROINF), no processo de organização produtiva do município de Registro, que faz parte da área abrangida pelo Território da Cidadania do Vale do Ribeira - SP. Para alcançarmos o objetivo proposto, realizamos levantamento documental sobre o PROINF e entrevistas com a presidente e com 13 produtores pertencentes à Cooperativa Família do Vale (CFV). As infraestruturas implantadas contribuíram para a garantia de compra dos produtos pela cooperativa para o fornecimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e proporcionaram um acréscimo entre 20% a 50% na renda dos produtores, que se deu principalmente pela economia nos custos de transporte da produção e na redução da influência dos atravessadores na fase de comercialização.

Palavras-chave: Registro; Desenvolvimento Territorial; Território da Cidadania do Vale do Ribeira.

PROINF'S CONTRIBUTION IN THE PROCESS OF PRODUCTION ORGANIZATION OF THE MUNICIPALITY OF REGISTRO IN THE CITIZENSHIP TERRITORY OF VALE DO RIBEIRA – SP

Abstract: The article emphasizes the importance of the contribution of the projects implemented by the Rural Area Infrastructure and Service Program (PROINF), in the process of production organization in the municipality of Registro, which is part of the area covered by the Citizenship Territory of Vale do Ribeira – SP. To achieve the proposed objective, we conducted an archival survey on PROINF and interviews with the president and with 13 producers belonging to the Cooperative Family of Vale (CFV). The infrastructure implemented contributed to ensuring the purchase of products by the cooperative to supply the National School Feeding Program (PNAE) and Food Acquisition Program (PAA) providing an increase from 20% to 50% in the income of producers, which was mainly by savings in production and transportation costs and in reducing the influence of intermediates in the marketing stage.

Keywords: Registro; Territorial Development; Citizenship Territory of Vale do Ribeira.

¹ Doutor em Geografia pela (UNESP) - Campus de Presidente Prudente. profsergio@ig.com.br.

² Docente do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Presidente Prudente. medeiroshepanhol@gmail.com.

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 13(0): 78-93, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo foi de analisar a contribuição dos projetos implantados pelo Programa de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (PROINF), no processo de organização produtiva do município de Registro, localizado no Território da Cidadania do Vale do Ribeira - SP. Para alcançarmos o objetivo proposto, realizamos levantamento documental sobre o PROINF e entrevistas com a presidente e com 13 produtores pertencentes à Cooperativa Família do Vale (CFV), que foi uma das organizações coletivas beneficiadas com os investimentos do PROINF.

O artigo está estruturado em três seções, além das considerações finais e das referências. Na primeira buscamos compreender o PROINF por meio da utilização de uma abordagem *bottomup* de desenvolvimento. Na segunda abordamos a espacialização dos projetos e recursos no município de Registro; e, na terceira, analisamos os rebatimentos dos projetos implantados no processo de organização produtiva na perspectiva dos beneficiários entrevistados.

Nosso objetivo é compreender como a dinâmica ascendente (*bottomup*) colabora na emancipação/autonomia ou dependência dos beneficiários com relação ao PROINF.

No próximo item procuraremos enfatizar de maneira mais específica a estrutura organizacional do PROINF na possibilidade de aplicação de uma abordagem *bottomup* do desenvolvimento.

O PROINF: A POSSIBILIDADE DE UMA ABORDAGEM *BOTTONUP* DE DESENVOLVIMENTO

O PROINF tem sua origem vinculada ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que possuía, dentre suas linhas de financiamentos, uma direcionada aos municípios que elaboravam seu Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR). Essa linha de financiamento do PRONAF existiu entre os anos de 1997 e 2002.

Hespanhol (2010, p. 132) destaca:

Dentre os empreendimentos que poderiam se beneficiar dos recursos dessa linha de financiamento estavam aqueles relacionados à recuperação de solos; implantação de sistemas de abastecimento de água e geração de energia; armazenamento, transporte e venda coletiva de produtos; classificação, limpeza e beneficiamento de produtos agropecuários; etc. Para participar desse programa era necessário que os empreendimentos atendessem aos seguintes requisitos: a) fossem de uso coletivo e implantados em área pública; b) os benefícios fossem apropriados pelos agricultores familiares; e c) administrados de acordo com normas definidas pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. A administração e o gerenciamento dos equipamentos e serviços de apoio financiados pelo PRONAF Infra-Estrutura e Serviços ficaram sob a responsabilidade das associações de produtores.

Em 2003, o Programa Infraestrutura e Serviços Municipais (PRONAF-M) passou por mudanças na sua operacionalidade, aprovação de projetos e de repasse

de recursos, tornando-se o Programa de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Segundo Tarsitano (2012), a partir de 2003, o PROINF integrou o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e se constitui numa modalidade de financiamento do governo federal com recursos não reembolsáveis advindos do Orçamento Geral da União (OGU), cuja finalidade é financiar os projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) de cada território.

O PROINF propõe uma forma de estrutura organizacional que pressupõe uma articulação entre os gestores, os representantes e os beneficiários territoriais, pois, em suas diretrizes gerais, incentiva a elaboração de projetos por meio da descentralização das tomadas de decisões.

Ao anunciar um edital direcionado para determinados beneficiários nos territórios, o Governo Federal cria um instrumento para estimular a participação social (muitas vezes de forma representativa), estabelece uma disputa de recursos e de poder entre os agentes do território e a possibilidade para uma ação mais horizontal da dinâmica participativa, na medida em que institui um canal de “diálogo” entre os beneficiários territoriais e os representantes do Governo Federal.

É na fase de “apropriação” do programa pelos agentes territoriais que ocorre o desafio de elaborar propostas ascendentes (*bottonup*), as quais atendam à diversidade de beneficiários (agricultores familiares convencionais, quilombolas, assentados, indígenas e pescadores) e de cadeias produtivas presentes nos territórios (leite, café, frutas, mandioca, hortaliças etc.).

Cabe destacar que nessa fase, a elaboração das propostas técnicas, muitas vezes, deve ser realizada em um curto espaço de tempo, inviabilizando (por motivos administrativos, técnicos e de logísticas) uma participação maior dos beneficiários e a elaboração de projetos mais qualificados tecnicamente.

Como o processo de avaliação, aprovação, investimentos dos recursos, licitação dos equipamentos, implantação da infraestrutura e/ou dos equipamentos solicitados é muito demorado, o prazo para a liberação das infraestruturas para o produtor utilizar pode se arrastar por anos e culminar com a ineficiência dos projetos e o não cumprimento das metas e objetivos estipulados nos projetos.

De acordo com o Manual do PROINF (2013, p. 9), sua finalidade é:

[...] financiar os projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Essas demandas são traduzidas em propostas técnicas que podem ser apoiadas com recursos de investimento em obras, máquinas, equipamentos e outros bens necessários para o fortalecimento da agricultura familiar, bem como, recursos de custeio que permitem fortalecer os processos de organização e de capacitação dos grupos de beneficiários, organizações e demais agentes de desenvolvimento territorial.

Até o ano de 2010, o PROINF aprovava as propostas técnicas descritas no Quadro 1.

Quadro 1 - Áreas Temáticas, tipos de propostas e itens financiáveis pelo PROINF até 2010

Área Temática	Tipos de Propostas	Descrição	Itens Financiáveis
Estruturação Produtiva	Viveiros ou bancos de sementes.	Produção de sementes e/ou mudas de espécies nativas, frutíferas, hortaliças, flores, florestais.	Obras, equipamentos, ferramentas e veículos.
	Centrais de Logística.	Estruturas públicas de apoio ao transporte, armazenamento, refrigeração, dentre outros.	Obras, equipamentos, ferramentas e veículos.
	Centrais de Produção Coletiva.	Implementação de estruturas para a realização de trabalhos coletivos como marcenarias, artesanato etc.	Obras, equipamentos, ferramentas e veículos.
	Patrulha de Máquinas.	Máquinas e equipamentos para apoiar a produção da agricultura familiar; apenas para consórcios públicos.	Máquinas e implementos agrícolas.
	Escoamento da produção	Passagens molhadas, pontes de madeira, limpeza de igarapés, dentre outros.	Obras e equipamentos.
Beneficiamento	Centrais de Beneficiamento Coletivas.	Implementação de estruturas para o beneficiamento coletivo de produtos.	Obras, equipamentos e veículos.
	Processamento Mínimo.	Unidades de processamento mínimo (recepção, assepsia, classificação etc.) de produtos agropecuários para posterior venda a mercados institucionais e convencionais.	Obras, equipamentos, ferramentas e veículos.
	Abatedouros.	Reforma e melhoria de abatedouros públicos.	Obras, equipamentos e veículos.
Comercialização	Feiras e Mercados Públicos.	Implementação ou melhoria de feiras permanentes e temporárias ou de mercados públicos, onde os agricultores familiares comercializam sua produção diretamente.	Obras, equipamentos e veículos.
	Mercado Institucional.	Estruturas físicas para dinamizar a comercialização para o mercado institucional e para equipar escolas públicas, para que essas disponham de condições de receber e armazenar produtos da agricultura familiar relacionados ao PNAE.	Obras, equipamentos e veículos.
Infraestrutura Social	Projetos educacionais, culturais ou sociais.	Implantação ou melhoria de espaços físicos com finalidades educacionais, culturais ou sociais.	Obras, equipamentos (audiovisuais e computadores).
Estruturação de serviços de apoio	Estruturação de Serviços de ATER.	Estruturação das unidades municipais ou de consórcios públicos.	Obras, equipamentos e veículos.
	Estruturação de Serviços de Inspeção Sanitária e SUASA.	Estruturação das unidades municipais ou de consórcios públicos.	Obras, equipamentos e veículos.
	Estruturação de Serviços de Apoio a Comercialização.	Bases de Serviços Públicos.	Obras e equipamentos.

Fonte: Manual do PROINF- 2010.

Org.: Sérgio Pereira de Souza.

As propostas técnicas passam por diversas instâncias de análise e recomendação, as quais vão desde o território até a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), que depois as encaminha aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), para conhecimento e identificação de possibilidades de integração com outras políticas públicas destinadas ao território.

Na elaboração das propostas técnicas é fundamental assegurar a coerência entre os eixos estratégicos definidos e as metas estipuladas, além de ser igualmente importante ressaltar o papel dos proponentes, no que se refere a assegurar o processo participativo na elaboração das propostas e na execução dos projetos, conforme se vê no Manual do PROINF (BRASIL, 2013).

Como se pode perceber as diretrizes do programa preveem que a participação dos agentes territoriais é fundamental para que a abordagem *bottomup* se efetive.

Com relação ao processo participativo na elaboração das propostas técnicas, realizamos alguns questionamentos: até que ponto os proponentes têm assegurado a participação dos beneficiários na elaboração das propostas técnicas? Será que essas propostas enviadas ao Consórcio Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) estão sendo elaboradas por técnicos da prefeitura, das ONGs ou dos grupos de produtores rurais? O pouco tempo para se elaborar as propostas permite uma participação mais concreta dos beneficiários nesse processo?

Essas são algumas perguntas que pretendemos responder no decorrer da elaboração deste artigo.

Outro aspecto importante do PROINF é que o público priorizado se caracteriza por uma ampla diversidade e heterogeneidade de beneficiários. Sobre essa definição, o Manual do PROINF (BRASIL, 2013, p. 6) relaciona como público beneficiário:

Agricultores/as familiares que integrem o quadro social de organizações produtivas e sociais nos territórios rurais e que, majoritariamente, estejam em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social e integrem o Cadastro Único para Ações do Governo Federal (CADÚnico). Ainda, que sejam beneficiários de ações de combate à pobreza previstas no Plano Brasil Sem Miséria (BSM) e no Programa Territórios da Cidadania (PTC). Agricultores/as familiares e seus empreendimentos coletivos, usuários dos serviços públicos de inspeção sanitária, armazenamento, transporte e comercialização nos territórios rurais - conforme definido na Lei 11.326, de 24/07/2006, e no Decreto 6.040, de 7/02/2007.

Para a elaboração das propostas que serão enviadas para a avaliação e aprovação é necessário que exista um proponente. Os proponentes são as prefeituras municipais, os consórcios públicos e os órgãos públicos estaduais e federais, portanto, os beneficiários que participam do CONSAD devem se vincular a uma prefeitura ou a um órgão público, a fim de atender aos critérios do programa.

Essa forma de organização por si só inviabiliza a participação dos favorecidos no CONSAD de forma autônoma, uma vez que cria a dependência deles aos proponentes que, muitas vezes, são os que elaboram os projetos e os enviam para a Câmara Técnica do território.

Assim como a autonomia e participação dos beneficiários nesse programa é relativa, com relação aos recursos, percebemos que eles não são suficientes para

acolher todas as demandas dos produtores, como as de assistência técnica, implantação de agroindústrias, infraestrutura social e unidades de beneficiamento.

Para que o PROINF contemple as temáticas definidas, é necessário o aumento dos recursos financeiros.

Como essas temáticas são importantes dispositivos para que ocorra uma integração entre os projetos aprovados e implantados no município de Registro, sua exclusão é fator limitante para se alcançar o desenvolvimento rural.

As temáticas relacionadas com o beneficiamento da produção, o processamento mínimo (pequenas unidades agroindustriais) e abatedouro poderiam contribuir com a geração de empregos diretos no município, com a diminuição da saída dos jovens do campo, com a melhoria da renda familiar e incentivara criação de associações de comercialização autônomas.

Como essas necessidades não são atendidas, porque os recursos são insuficientes, limita-se o alcance do desenvolvimento proposto pelo Governo Federal.

Com base nessas argumentações, algumas questões podem ser levantadas, tais como: será que os projetos financiados pelo PROINF têm a capacidade de propiciar o desenvolvimento rural? Qual é o alcance dessas ações para a estruturação dos sistemas produtivos dos produtores entrevistados?

Assim, qual é a operacionalidade adotada pelos agentes territoriais (gestores, representantes e beneficiários), diante desse quadro de tempo curto para a elaboração dos projetos, de poucos recursos e de uma participação representativa? Qual é a dimensionalidade dos projetos aprovados na organização produtivas dos beneficiários entrevistados? Qual é a influência desse processo na organização coletiva (cooperativa)? O que e como os beneficiários percebem essa forma de gestão do programa no município de Registro?

A fim de termos uma melhor compreensão desses questionamentos, no próximo item, vamos apresentar os projetos aprovados nesse município.

PROINF NO MUNICÍPIO DE REGISTRO: FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO E A CENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS E AÇÕES

Neste item vamos abordar os principais aspectos do processo de implantação e espacialização das infraestruturas do PROINF, por meio da contextualização do uso desses equipamentos e seus rebatimentos no desenvolvimento rural, na perspectiva dos beneficiários entrevistados desse programa no município de Registro.

Entre 2003 e 2010, Registro teve seis propostas aprovadas e implantadas pelo PROINF, no valor total de R\$ 923.615,09.

No município de Registro, os projetos aprovados tinham o objetivo de melhorar a infraestrutura da Cooperativa Família do Vale (CFV), a fim de fortalecer a distribuição e a comercialização de produtos da agricultura familiar, ampliar o número de equipamentos da patrulha agrícola e adquirir equipamentos para a montagem de uma unidade de processamento de alimentos.

O Quadro 2 demonstra o ano, as metas e o valor dos projetos implantados pelo PROINF, entre 2003 e 2010, nessa unidade municipal.

Quadro 2 - Projetos implantados através do PROINF no município de Registro - 2003 a 2010

Ordem	Ano	Metas dos projetos	Valor do Projeto (R\$)
1	2003	Adequação de dois galpões e compra de um galpão e aquisição de equipamentos.	395.947,28
2	2004	Aumento da capacidade de distribuição da central de distribuição da agricultura familiar, com a aquisição de dois veículos de carga.	189.323,46
3	2004	Ampliação e reestruturação da central de distribuição e comercialização da agricultura familiar.	59.292,35
4	2005	Compra de barracas para feiras e eventos.	29.352,00
5	2008	Patrulha mecanizada, aquisição de equipamentos agrícolas, tratores, arados e grade.	244.981,52
6	2010	Aquisição de equipamentos para montagem de uma unidade de produção de alimentos.	249.700,00
Total			923.615,09

Fonte: Sistema de Gestão Estratégica. Acesso em: 24 ago. 2012.

Org.: Sérgio Pereira de Souza

Todos os projetos implantados pelo PROINF convergem para atender aos seus beneficiários, principalmente agricultores familiares e quilombolas localizados nesse município.

Ressaltamos que o valor investido não cobre todas as demandas dos beneficiários do município, mas favorece o desenvolvimento rural no município.

Em Registro, optamos por fazer entrevistas junto aos cooperados da Cooperativa Família do Vale (CFV), porque essa organização foi uma das beneficiadas com investimentos do PROINF.

O Quadro 3 mostra as características gerais dos beneficiários entrevistados e de suas unidades produtivas.

Quadro 3 - Perfil dos beneficiários territoriais entrevistados no município de Registro

Produtor	Idade	Tempo moradia na propriedade	Tamanho (ha)	Distância da cidade (Km)	Propriedade da terra	Forma de exploração	Exploração principal
M.C.D.C.	52	52	8,5	32	Própria	Familiar	Agricultura
R.A.C.R	38	6	4,5	20	Própria	Familiar	Agricultura
B.F.G	62	30	9	26	Própria	Familiar	Agricultura
N.M.S	42	22	9	35	Própria	Familiar	Agricultura
G.T.S	58	58	13	18	Própria	Familiar	Agricultura
J.F	57	11	25	9	Própria	Familiar	Agricultura
M.R.S.C	50	48	1	30	Própria	Familiar	Agricultura
N.S.P	66	32	8,5	35	Própria	Familiar	Agricultura
A.F.N	65	65	13	19	Própria	Familiar	Agricultura
V.A.S	48	10	6	26	Própria	Familiar	Agricultura
O.F	61	61	18	22	Própria	Familiar	Agricultura
I.J.P	72	47	3	22	Própria	Familiar	Agricultura
V.S.N	47	18	1	14	Arrendatário	Familiar	Agricultura

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2013.

Para uma melhor contextualização das entrevistas realizadas e dos resultados levantados, elaboramos um quadro-síntese (Quadro 4).

Quadro 4 - Síntese das informações dos cooperados entrevistados no município de Registro

Produtor entrevistado	Impacto na renda	Benefícios da infraestrutura	Principais produtos cultivados	Para quem comercializa a produção?
M.C.D.C.	Elevou a renda entre 35% a 70%	Garantia de venda.	Salsinha, inhame, banana, abobrinha, cebolinha.	Coop. Família do Vale. PNAE/PAA.
R. A.C.R.	Não alterou a renda.	Economia no transporte dos produtos.	Palmito, maracujá e hortaliças.	Coop. Família do Vale. PNAE/PAA.
B.F.G.	Elevou a renda até 35%.	Garantia de venda.	Banana, vagem, mandioca, cheiro verde, abacate e jaca.	Coop. Família do Vale. PNAE/PAA.
N.M. S.	Elevou a renda entre 30 a 35%.	Garantia de venda.	Banana, alface, abóbora, chuchu.	Coop. Família do Vale. PNAE/PAA.
G.T.S.	Elevou a renda entre 30 a 35%.	Garantia de venda.	Salsinha, inhame, banana, abobrinha, cebolinha.	Coop. Família do Vale. PNAE/PAA.
J.F.	Não alterou a renda.	Garantia de venda.	Salsinha, cebolinha e alface.	Coop. Família do Vale. PNAE/PAA.
M.R.S.C.	Não alterou a renda.	Nada.	Cenoura, beterraba e banana.	Coop. Família do Vale. PNAE/PAA.
N.S.P.	Não alterou a renda.	Menor perda da produção. Transporte da produção.	Banana.	Coop. Família do Vale. PNAE/PAA.
A.F.N.	Melhorou em torno de 25%.	Economia no transporte.	Salsinha, inhame, banana, abobrinha, cebolinha.	Coop. Família do Vale. PNAE/PAA.
V.A.S.	Elevou a renda entre 30 a 35%.	Melhoria na qualidade da produção.	Palmito e pupunha.	Coop. Família do Vale. PNAE/PAA.
O.F.	Elevou a renda até 20%.	Garantia de venda.	Banana e plantas ornamentais.	Coop. Família do Vale. PNAE/PAA.
I.J.P.	Elevou a renda até 20%.	Garantia de venda e economia do transporte.	Mandioca, abacaxi, produção de farinha.	Coop. Família do Vale. PNAE/PAA.
V.S.N.	Elevou a renda até 50%.	Garantia de venda e economia do transporte.	Mandioca.	Coop. Família do Vale. PNAE/PAA.

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2013.

A idade dos associados entrevistados varia entre 38 e 72 anos e o tempo de moradia na unidade produtiva, é de no mínimo seis anos, e no máximo de 65 anos, ou seja, praticamente a vida toda.

A principal forma de exploração da propriedade é por meio da realização de atividades relacionadas à agricultura, com a utilização do trabalho familiar, o que caracteriza todos os entrevistados como pequenos agricultores familiares.

Dos 13 entrevistados, nove (9 ou 69 %) responderam que a infraestrutura implantada por meio dos recursos do PROINF contribuiu com a garantia de compra de seus produtos pela cooperativa para ser destinados ao PNAE.

No que tange à renda dos cooperados entrevistados, observamos que as infraestruturas e os equipamentos disponibilizados pelo PROINF proporcionaram acréscimo entre 20 a 50% na renda dos produtores do município, que se deu, sobretudo, pela economia no transporte da produção e na redução da influência dos atravessadores na comercialização da produção.

Os principais produtos cultivados são olerícolas folhosas (cebolinha, salsa e alface), não folhosas (cenoura, beterraba, mandioca, inhame e abobrinha) e frutas (banana, jaca e abacaxi), que são comercializados por meio da cooperativa para os mercados institucionais, como o PAA e o PNAE. Entre as demandas dos agricultores entrevistados estão: realizar o pagamento da produção em dia, a compra de insumos, a assistência técnica, a melhoria das estradas rurais etc.

Para a Presidente da Associação Família do Vale do Vale, no município de Registro, os principais benefícios dos investimentos foram:

Uma maior eficiência no trabalho de organização coletiva através de uma articulação mais intensa entre os cooperados e a facilidade de gerenciar e organizar o processo de comercialização da agricultura familiar no município de Registro. Os equipamentos de informática facilitaram a emissão dos documentos de entrada e saídas dos produtos facilitando o reembolso aos agricultores familiares. As balanças digitais favoreceram a pesagem mais rápida dos produtos culminando com uma eficiência e uma precisão maior na pesagem dos produtos e conseqüentemente um pagamento justo pela quantidade de entregue. (L.L., Registro, 16 de julho de 2013).

Esses investimentos contribuíram com o fortalecimento da organização dos agricultores familiares no território do TC do Vale do Ribeira, por meio da articulação entre os sistemas produtivos e os canais de comercialização de compra institucionais como o PAA e o PNAE.

Para uma melhor compreensão dessa dinâmica, no próximo item vamos caracterizar os PROINF na perspectiva dos produtores cooperados entrevistados.

O PROINF NA AVALIAÇÃO DOS COOPERADOS ENTREVISTADOS: INCLUSÃO PRODUTIVA E COMERCIALIZAÇÃO

Neste item, focaremos nossa análise nos sistemas produtivos dos cooperados entrevistados, tendo como base o processo de implantação dos projetos do Programa de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais no município de Registro.

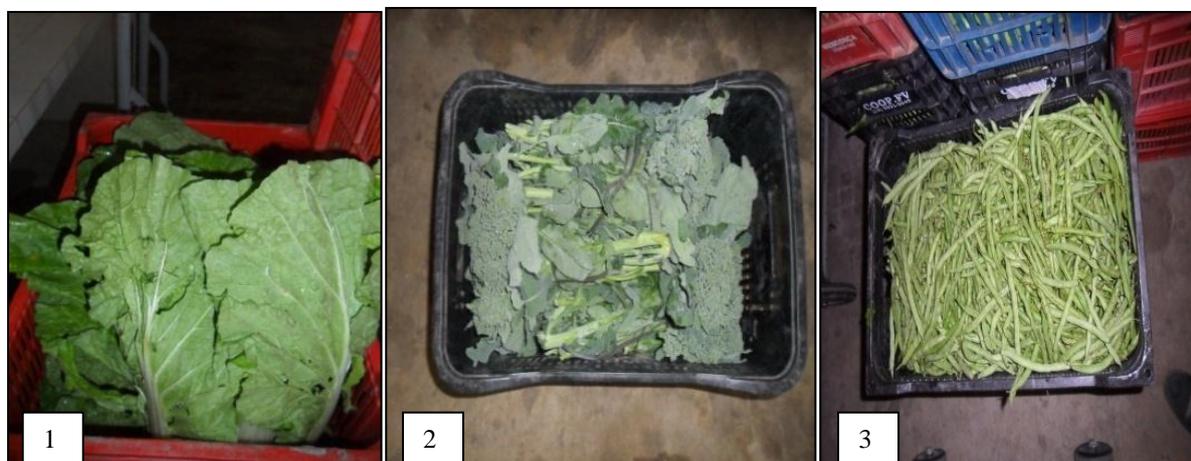
Dos 13 cooperados entrevistados, apresentaremos a realidade de quatro (4 ou 30% dos entrevistados) que utilizam os equipamentos e a infraestrutura implantados com recursos advindos do PROINF.

A cooperativa faz a coleta dos produtos com caminhões adquiridos com recursos do PROINF e leva a produção até os barracões, para ser pesada e depois encaminhada ao centro de distribuição.

Os produtores entrevistados estão inseridos nos sistemas de compra do Governo Federal, por meio dos programas institucionais, como o PAA e PNAE, sendo a cooperativa a mediadora desse processo.

A inserção desses produtores nos sistemas de compra institucional tem propiciado certa segurança, porque garante a compra de seus produtos e diminui a atuação do atravessador no momento da comercialização.

No Box 1 estão os principais tipos de produtos dos cooperados entrevistados, com destaque para as fotos 1 e 2, que evidenciam as hortaliças folhosas (acelga e brócolis) e a foto 3, não folhosas (vagem).



Box 1 – Tipos de produtos dos cooperados entrevistados da CFV.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2013.

Entre os principais produtos comercializados estão hortaliças folhosas e não folhosas, as quais são encaminhadas até a central de comercialização da cooperativa, que repassa a produção para a central de distribuição da prefeitura.

As Fotos 1 e 2 do Box 2 exemplificam a produção de hortaliças na propriedade do cooperado entrevistado, o Sr. J.F.

O uso de maquinário se faz através de implemento agrícola acoplado ao trator, que prepara os canteiros (Box 2, Foto 3), adquirido com recursos próprios, no valor de R\$ 5.000,00. Esse equipamento propiciou mais agilidade para o agricultor no momento de preparo do solo para a organização dos canteiros. No Box 2 podemos observar aspectos da propriedade do cooperado J.F.

As mudas para plantio das hortaliças são adquiridas em cooperativas do município de Registro, sempre que é necessária a reposição das mudas nos canteiros. O agricultor utiliza um sistema de rotação de canteiros, o qual tem ajudado na diminuição das pragas e aplicação de agrotóxicos.



Box 2 – Sistema de produção de cooperado pesquisado (J.F.)

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2013.

Para a adubação dos canteiros, o Sr. J.F. usa adubo orgânico, produzido em sua propriedade, com a criação de galinhas, confinadas em um galinheiro no período da tarde. O material coletado (fezes das galinhas) é ensacado e empregado sempre que há a renovação dos canteiros. Essa prática tem diminuído o gasto com adubo industrial e, conseqüentemente, tem aumentado a sua produção.

Entre as principais dificuldades relacionadas pelo Sr. J.F., estão:

Dificuldade de obter financiamento para investimento na produção, como adubo, semente, inseticida, pequenos maquinários, ferramentas, etc. Eu tenho que investir entre R\$ 1.000,00 a 3.000,00 por mês na compra de sementes e mudas, adubo e herbicida, principalmente na época da safra, porque eu tenho que sempre repor as mudas que eu retirei para a venda e para manter o ritmo de produção e não faltar produto para a comercialização. Apesar dessas dificuldades, eu avalio que ocorreu uma pequena melhora na minha renda entre 10 a 35%, porque aqui eu apenas tenho que competir com os pequenos produtores e não com o grande produtor, ou seja, o atravessador que vende no CEASA. (J.F., Registro, 16 de julho de 2013).

O PROINF, juntamente com outros programas, sobretudo os relacionados à comercialização por meio das compras institucionais, tem contribuído para a diminuição do papel do atravessador (intermediário) que ficava com parte (10% a 20%) da renda do agricultor familiar. A atuação direta da Cooperativa Família do Vale reduz a dependência do agricultor familiar ao atravessador, melhorando sua renda.

O cooperado J.F. entrega sua produção para a CFV, que a direciona às escolas por meio do PNAE e para o PAA-Doação Simultânea. Pela quantidade entregue ao PNAE, ele recebe, em média, R\$ 1.000,00 por mês da prefeitura.

Apesar da segurança de comercialização para os mercados institucionais, os 13 entrevistados reclamaram que o pagamento da produção entregue para o PAA ficou atrasado durante três meses. Segundo os entrevistados, ocorreu um problema com a emissão de notas fiscais, o que prejudicou o pagamento dos produtos entregues. No momento de realização da pesquisa de campo (julho de 2013), fazia 20 dias que o pagamento dos três meses atrasados havia ocorrido.

Para arcar com suas despesas, durante o período em que não recebeu o pagamento, o Sr. J.F. relata como procedeu:

A única forma que eu encontrei para sobreviver nesses três meses que fiquei sem receber o pagamento dos produtos entregues foi disponibilizar uma parte da produção para os supermercados locais da cidade de Registro. (J.F., Registro, 24 de julho de 2013).

Mesmo com esse problema, a intensificação da produção pelos cooperados da CFV, no município de Registro, tem sido impulsionada pela implantação dos programas de compra institucional, como o PAA e PNAE.

Outro entrevistado foi o Sr. R.A.C.R., que tem 38 anos e mora na propriedade de 4,5 hectares, há seis anos. A terra da propriedade é utilizada especialmente para a produção agrícola, realizada exclusivamente com o trabalho familiar de quatro pessoas.

A distância de sua propriedade até o núcleo urbano de Registro é de 20 km, o que gera gastos com o transporte de sua produção até a central de comercialização da cooperativa. Os produtos cultivados na sua propriedade são as hortaliças folhosas (cebolinha, salsinha, alface, rúcula e almeirão), frutas (maracujá, banana, abacate e jaca) e hortaliças não folhosas (berinjela, vagem e mandioca) (Box 3).



Box 3 – Sistema de produção de cooperado pesquisado (R.A.C.R.)

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2013.

As Fotos 1 e 2 do Box 3 mostram alguns produtos cultivados na propriedade do cooperado R.A.C.R., cuja principal atividade na propriedade é a produção de hortaliças. A Foto 3 mostra o cultivador para o preparo do solo.

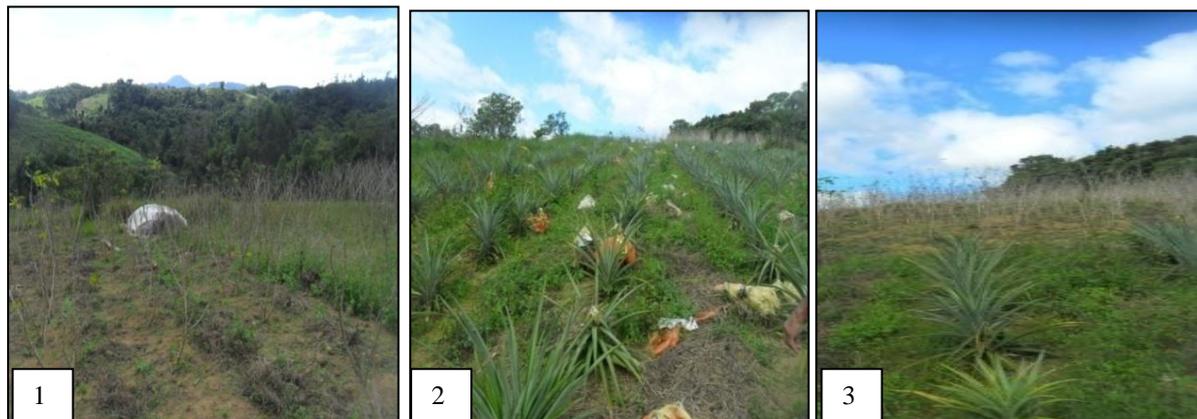
O associado R.A.C.R. comercializa sua produção por meio da cooperativa para o PNAE e o PAA, o que possibilita uma garantia de preço e venda de sua produção.

Entre suas reivindicações, a prioridade está na necessidade de o Governo Federal implantar uma linha de crédito com subsídios para investimento na produção, especialmente para a compra de sementes, adubo, calcário e pequenos equipamentos, de sorte a aumentar a produção.

A falta de recursos dos produtores entrevistados para investimentos na produção é mais um dos fatores limitantes para a implantação de um projeto de desenvolvimento rural voltado para o acolhimento de uma diversidade de sistemas produtivos, no município de Registro.

Realizamos também entrevista com o Sr. I.J.P., que produz mandioca, abacaxi e mamão. Toda sua produção é direcionada para a CFV, que a envia para o PAA e PNAE.

O Box 4 apresenta algumas fotos da produção realizada na propriedade do Sr. I.J.P.



Box 4- Plantio de mandioca e abacaxi do Sr. I.J.P.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2013.

De acordo com esse produtor, sua renda familiar teve uma melhora de 20%, depois que ele passou a comercializar com a cooperativa, deixando de entregar para os atravessadores, o que propiciou economia no transporte e garantia de venda para a cooperativa.

Entrevistamos ainda a produtora M.C.D.C., no bairro rural do Bulha. A principal atividade de sua propriedade de 8,5 hectares é a produção de salsinha, inhame, cebolinha, banana, abobrinha, vagem, mandioca e milho verde (Box 5).



Box 5 – Plantio de olerícolas na propriedade da Srª M.C.D.C.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2013.

Do total de 8,5 hectares, a produção agrícola utiliza 2,5 ha, porque o restante está coberto com mata nativa, conforme podemos verificar nas Fotos 1 a 3 do Box 5.

A propriedade da Srª M.C.D.C. está localizada a 32 km de distância da sede do município de Registro. Entre as vantagens indicadas pela entrevistada para a família participar da CFV e utilizar as estruturas implantadas pelo PROINF, está a melhoria na qualidade de vida, proporcionada por um aumento na renda entre 20% a 30%, gerada pela economia no transporte dos produtos, realizado pelo caminhão da cooperativa, e a garantia da venda para os programas de compras institucionais.

O trabalho na propriedade é feito por seis pessoas da família, com a forma braçal na maior parte dos ciclos produtivos. A mecanização é utilizada no preparo do solo.

Devido às mudanças promovidas pela CONAB no seu sistema de distribuição de alimentos, o pagamento atrasou em três meses e esta associada pretende parar de entregar sua produção para o PAA, já que está comercializando sua produção diretamente em supermercados da cidade. Esse atraso no pagamento tem desestimulado os cooperados de entregar seus produtos para o PAA, fazendo com que eles busquem alternativas de comercialização como a feira-livre, porque o pagamento pela produção nesse sistema de venda é realizado à vista e, assim, o agricultor familiar tem condições de continuar a investir na sua produção e obter a renda necessária para a sobrevivência.

No momento da pesquisa (julho de 2013), o pagamento pela entrega dos produtos ao PAA já havia sido realizado, mas todos os entrevistados estavam descontentes com o atraso provocado pela CONAB. Todavia, dos treze entrevistados, apenas um afirmou que poderia se desligar dessa forma de comercialização.

Quanto aos projetos aprovados pelo PROINF para o município de Registro, a pesquisa revela que os investimentos têm contribuído para fortalecer outros programas do Governo Federal, como o PAA e o PNAE.

O PROINF tem se constituído em um programa que auxilia no desenvolvimento rural, na medida em que o fortalecimento dos meios de comercialização institucionais, como o PAA e o PNAE, propiciam que mais agricultores familiares sejam incluídos nesses programas.

As ações implantadas em Registro significaram o fortalecimento e articulação entre os agricultores familiares e a cooperativa, diminuindo e até excluindo a atuação dos atravessadores, no município.

Essa relação direta dos beneficiários do PROINF com o PAA, ao mesmo tempo em que fortalece os sistemas produtivos e favorece o agricultor familiar no momento da comercialização, diminuindo a ação do atravessador, também faz com que esses mesmos beneficiários fiquem à mercê de um sistema de comercialização institucionalizado, que causa dependência, ou seja, se, de um momento para outro, por motivos políticos e/ou financeiros, essa forma de comercialização deixar de existir, muitos agricultores familiares não vão conseguir se inserir em um processo de comercialização mais autônomo.

Mesmo as infraestruturas e equipamentos instalados pelo PROINF têm criado uma dependência dos beneficiários, os quais não conseguem se servir de outros mecanismos tecnológicos, como, por exemplo, ordenhadeiras, pequenos maquinários e implementos etc.

As ações implantadas em Registro significaram o fortalecimento e articulação entre os agricultores familiares e a cooperativa, diminuindo e até excluindo a atuação dos atravessadores, no município.

No município de Registro, a preservação dos recursos naturais (água, solo e vegetação) são desafios constantes para os gestores, representantes e beneficiários territoriais, que devem incentivar, implantar e dinamizar sistemas produtivos condizentes com suas características socioambientais. O PROINF continuará carreando recursos para o município, por meio de edital, anunciado todos os anos, contribuindo para aumentar a quantidade de equipamentos e infraestruturas nos espaços rurais, mas com poucos rebatimentos no desenvolvimento rural, se as

ações forem implantadas sem articulação e envolvimento dos diversos agentes e a cadeias produtivas do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos projetos implantados e analisados, é possível traçar algumas considerações sobre as dinâmicas do PROINF no contexto do processo de organização produtiva do município de Registro.

Verificamos que os projetos são elaborados com base em algumas demandas de beneficiários e são materializados pelos recursos disponibilizados pelo governo federal, por meio da ação conjunta entre os técnicos e representantes dos beneficiários, geralmente vinculados à prefeitura municipal e a uma instituição estadual.

No que concerne aos recursos disponibilizados pelo Programa de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais, notamos que eles são insuficientes para a dinamização das cadeias produtivas contempladas, porque outras demandas dos beneficiários não são acolhidas (plantio, colheita e comercialização etc.), existe um fator limitante nesse programa, o qual não favorece o desenvolvimento rural.

O aumento de recursos por si só também não é um fator que poderá acarretar um rebatimento maior no desenvolvimento rural, se os projetos implantados não contemplarem uma abrangência maior de sistemas produtivos e de melhorias para um número maior de beneficiários no município.

Esse processo expõe que a inserção do pequeno agricultor familiar ao mercado capitalista, sem a concretização de ações que fortaleçam seus sistemas produtivos, fragiliza o desenvolvimento rural proposto pelo Governo Federal, realçando as dificuldades que a agricultura familiar tem que superar para participar desse processo no território.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Manual de Operacionalização do PROINF**. Brasília, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Sistema de Gestão Estratégica. **Documento de Referência**. Brasília, 2010.

HESPANHOL. Rosângela Ap. de Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v.5, n.10, p. 123-147, ago. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. CODETER DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO VALE DO RIBEIRA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Cidadania do Vale do Ribeira (SP)**. São Paulo, novembro de 2011.

TARSITANO, Rodrigo Anselmo. **Avaliação dos Projetos PROINF do Território Andradina (SP), a partir da perspectiva de diferentes atores**. 2012. Dissertação

A contribuição do Proinf no processo de organização produtiva...

(Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia, Ilha Solteira, 2012.

Artigo submetido em: 01/07/2015

Aceito para publicação em: 04/07/2015

Publicado em: 22/08/2015